



MENSAGEM À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

RECEBIDO
Câmara de Vereadores de Não-Me-Toque
08 / 12 / 2017
Alexandrina G. Ferreira
Recepção / Protocolo
Rúbrica Funcionário

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a estimativa de Receita e a fixação da Despesa do Município para o próximo exercício financeiro, em cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica Municipal.

O presente Projeto de Lei compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e foi elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101/00 e com a Lei Municipal nº 4.880 de 01 de novembro de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2018, incluindo a consonância com os seus anexos de Metas Fiscais e de Metas e Prioridades para o próximo exercício, observadas as diretrizes e os objetivos do governo constantes na Lei nº. 4.862 de 29 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município.

O Projeto de Lei que ora apresento visa garantir a continuidade das ações constantes do programa de governo, através da execução de projetos prioritários que buscam atender de forma crescente as demandas mais urgentes da população e estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

Para viabilizar o cumprimento destas ações, uma política de alocação de recursos cada vez mais responsável, racional e eficiente, está evidenciada nos programas de trabalho, garantindo, além de uma melhor qualidade na oferta de serviços públicos municipais, a execução dos investimentos em andamento.

Além disso, a elaboração deste projeto de lei foi realizada em consonância com as perspectivas para o cenário macroeconômico, com o desempenho financeiro das contas públicas nos últimos exercícios, com a política econômica e social do Governo e a legislação vigente.

Isto posto, passamos a detalhar os principais aspectos relacionados com a situação econômico financeira do Município e com as previsões para o exercício de 2018.

1. Da Situação Econômico-Financeira.

1.1 - Resultado Orçamentário

No último exercício encerrado, o Município apresentou o seguinte resultado orçamentário:



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	76.533.000,00	76.963.605,63	91,61%

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	61.327.000,00	59.150.746,97	93,73%
Pessoal e Encargos Sociais	40.361.300,00	39.258.046,29	97,63%
Juros e Encargos da Dívida	271.000,00	251.907,13	37,09%
Outras Despesas Correntes	20.694.700,00	19.640.793,55	88,03%
Despesas de Capital	9.308.200,00	9.126.476,28	101,34%
Investimentos	8.245.000,00	7.967.486,40	103,13%
Inversões Financeiras	388.500,00	608.240,93	0,00%
Amortização da Dívida	674.700,00	550.748,95	75,78%
(2) Despesa Total	70.635.200,00	68.277.223,25	94,96%
Resultado Orçamentário (1-2)	5.897.800,00	8.686.382,38	60,91%
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	0,90	0,93	96,48%

Já no exercício em curso até o mês de outubro, foi arrecadado o montante de R\$ 61.312.646,99, tendo sido empenhado em despesas correntes o valor de R\$ 56.106.516,57 e em despesas de capital o valor de R\$ 10.434.997,91. Portanto, o resultado orçamentário acumulado em 2017, até o mês de outubro é de R\$ (5.228.867,49), o qual se apresenta deficitário, em função de emissão de empenhos globais e por estimativa de compromissos de natureza continuada, como tarifa telefônica, água, energia, contratos de prestação de serviços, obras, locações e, que serão quitados até o final do exercício.

1.2 - Dívida Pública

Até o final do mês de outubro, o saldo Dívida Consolidada Líquida do Município foi de R\$ (11.821.429,08), o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado. Conforme demonstrado a seguir, verifica-se que a dívida consolidada líquida do Município apresenta um saldo **superior** àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma **elevação** no nível de endividamento municipal.

Na tabela abaixo, os valores apresentados no exercício de 2017, são a situação provável em 31/12/2017, conforme cronograma de pagamentos e de liberações.

Com base nos prováveis valores apurados para 31/12/2017 somando-se a probabilidade de Operações de Crédito incluídas no Orçamento para 2018, e considerando o cronograma de pagamentos da dívida fundada atual, chegaram-se aos valores prováveis para 31/12/2018.



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.003.809	1.498.700	2.700.701	3.530.663	3.364.763
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	959.367	1.492.674	2.700.701	3.530.663	3.364.763
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	-	-	-	-	-
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-	-	-	-
Parcelamentos de Dívidas	44.442	6.026	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	44.442	6.026	-	-	-
Previdenciárias	44.442	6.026	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)*	8.616.171	14.484.531	20.336.066	15.460.092	15.892.292
Ativo Disponível	8.132.970	8.649.487	9.874.825	11.420.442	11.852.642
Haveres Financeiros	2.182.952	6.764.075	11.168.835	4.866.217	4.866.217
(-) Restos a Pagar Processados	(1.699.750)	(929.031)	(707.593)	(826.567)	(826.567)
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	5.349.552	6.634.936	924.776	344.108	344.108
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	669.392	-	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-	-
Depósitos	243.783	169.878	188.372	334.942	334.942
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	5.105.769	6.465.057	67.011	9.167	9.167
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	(7.612.362)	(12.985.831)	(17.635.365)	(11.929.429)	(12.527.529)

1.3 - Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar

Outro dado importante diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Desse modo, ao final do mês de outubro, o saldo acumulado de Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo era de R\$ 11.361.414,87 e R\$ 111.622,88, respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ 11.420.442,16, ao passo que as do Legislativo ficaram em R\$ 332.399,19. A relação "Saldo de Caixa / Restos a Pagar", para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS

RECURSO	Empenhos a Pagar Processados	Empenhos a Pagar Não Processados	Depósitos	Saldo Financeiro	Disponível
Livres – Poder Legislativo	31.060,38	80.562,50	28.154,62	332.399,19	192.621,69
Livres – Poder Executivo	1.707.954,41	1.642.780,35	118.869,74	6.499.843,09	3.030.238,59
MDE	209.361,00	410.648,53	33.352,01	38.048,32	-615.313,22
FUNDEB	105.782,22	460.196,14	102.392,27	983.155,53	314.784,90
ASPS	329.885,23	654.626,91	67.444,02	47.761,48	-1.004.194,68
RPPS	52.479,93	7.625,75	74.732,21	38.758.732,29	38.623.894,40
FMCA	0,00	4.132,30	164,34	80.992,34	76.695,70
FMHIS	0,00	0,00	0,00	70.105,54	70.105,54
FMAS	23.585,32	93.301,49	11.048,20	194.352,06	66.417,05



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



RECURSO	Empenhos a Pagar Processados	Empenhos a Pagar Não Processados	Depósitos	Saldo Financeiro	Disponível
Venda de Bens Públicos	0,00	1.049,86	0,00	124.115,14	123.065,28
Salário Educação	16.908,30	49.321,34	1.388,24	390.938,87	323.320,99
Biblioteca	50,00	0,00	0,00	390,94	340,94
FDAM	0,00	0,00	0,00	1.929,94	1.929,94
Multas de Trânsito	0,00	0,00	0,00	16.687,95	16.687,95
FNDE - Merenda Escolar	2.596,08	48.284,60	39,55	9.211,65	-41.708,58
Transporte Escolar - Conv. Estado	8.797,68	13.801,15	0,00	11.381,86	-11.216,97
Patrulha Agrícola	0,00	200,00	0,00	5.663,38	5.463,38
Veículos e Equip. p/Patrulha Agrícola	0,00	0,00	0,00	2.864,39	2.864,39
MI-Sec. Nacional Defesa Civil	0,00	54.633,20	0,00	109.613,07	54.979,87
Quadra de Esportes em Escola	41.463,18	2.469,67	0,00	83.330,60	39.397,75
FUMMA	24,00	48.771,08	0,00	48.240,25	-554,83
FNAS - PPD	980,00	1.837,44	0,00	1.341,12	-1.476,32
Construção e Ampl.Creche	0,00	400.235,05	0,00	1.073,31	-399.161,74
ME - Construção de Escola	30.637,90	3.327.875,40	0,00	465.106,75	-2.893.406,55
Iluminação Pública	8.268,84	218.376,79	0,00	191.686,89	-34.958,74
FNDE/Transporte Escolar	3.155,09	9.977,29	0,00	3.373,09	-9.759,29
CIDE	0,00	20.535,15	0,00	20.695,98	160,83
FNAS/Programa Bolsa Família	1.945,00	4.514,95	0,00	7.514,54	1.054,59
Infra-Estrutura Esportiva	0,00	731.933,98	0,00	157.772,32	-574.161,66
Equipamentos para Escolas	0,00	0,00	0,00	8.104,89	8.104,89
Melhorias de Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	20.716,04	20.716,04
Venda de Bens Públicos - Educação	0,00	0,00	0,00	77.095,85	77.095,85
ACESSUAS Trabalho	884,47	0,00	1.031,07	8.431,80	6.516,26
PAIF	4.964,26	4.595,60	0,00	1.377,99	-8.181,87
FUMDI	0,00	0,00	0,00	102.460,46	102.460,46
FMEN	0,00	0,00	0,00	799,50	799,50
PAC	0,00	0,00	0,00	60.423,17	60.423,17
FNAS/SUAS	0,00	0,00	0,00	1.093,98	1.093,98
Apoio Creches - FNDE	0,00	0,00	0,00	200,94	200,94
Núcleo Esporte e Lazer - Todas Idades	0,00	0,00	294,80	51.913,59	51.618,79
FEAS/CREAS REGIONAIS	1.968,50	4.483,20	54,29	70.169,08	63.663,09
FURPJM	180,00	500,00	0,00	6.562,82	5.882,82
Agência de Correios Comunitária	0,00	0,00	0,00	1.668,03	1.668,03
FMHIS - Livre	15.468,20	61.861,80	0,00	0,00	-77.330,00
FEAS - CREAS	2.821,00	0,00	0,00	18.229,92	15.408,92
FEAS - CRAS	39,80	0,00	0,00	179,02	139,22
Fundo Municipal do Desporto - FUMDE	0,00	0,00	0,00	3.735,00	3.735,00
Vigilância Sanitária Municipal	0,00	0,00	0,00	39.481,45	39.481,45
Alienação de Bens da Saúde	0,00	0,00	0,00	2.054,70	2.054,70
SIA/SUS - COMAJA	0,00	12.299,82	0,00	0,00	-12.299,82
FES - Incentivo Atenção Básica	0,00	35.410,96	0,00	254.401,19	218.990,23
FES - Farmácia Básica	0,00	12.630,60	0,00	31.478,90	18.848,30
FES - PSF/PACS	0,00	0,00	0,00	218.813,92	218.813,92
FES - Aquisição de Veículos	0,00	0,00	0,00	102,08	102,08
FNS - PAB/Fixo	5.152,10	77.912,40	0,00	77.912,43	-5.152,07



RECURSO	Empenhos a Pagar Processados	Empenhos a Pagar Não Processados	Depósitos	Saldo Financeiro	Disponível
FNS - Saúde da Família/ESF/PACS	3.235,23	6.470,46	0,00	58.660,82	48.955,13
PMAQ	540,00	10.493,82	0,00	67.318,84	56.285,02
FNS - PACS - Agentes Com.Saúde	0,00	0,00	0,00	4.393,26	4.393,26
FNS - Teto Financeiro	200.354,05	55.756,09	0,00	292.636,18	36.526,04
FNS - Ações da Vigilância em Saúde	127,40	5.145,64	0,00	63.256,22	57.983,18
FNS - Campanhas Vacinação	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
FNS - Vigilância Sanitária	177,00	1.981,94	0,00	10.290,09	8.131,15
FNS - Farmácia Básica Fixa	0,00	440,00	0,00	18.936,33	18.496,33
FNS - Academias de Saúde	0,00	0,00	0,00	10.972,22	10.972,22
FNS - Equipamentos	18.450,00	0,00	0,00	236.811,80	218.361,80
FNS - Constr/Ampl.Unidade Saúde	126.173,61	0,00	-1.137,03	32.569,24	-92.467,34
TOTAL	2.955.470,18	8.577.673,25	437.828,33	50.511.573,64	38.540.601,88

2. Resumo da Política Econômica, Social e Financeira do Município

2.1 - Receitas

Segundo detalhado no Anexo 2 do Projeto de Lei, o total líquido da **receita para 2018** está estimado em R\$ **85.224.000,00**, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita. Tal montante, quando comparado com o orçamento do exercício atual, que é de R\$ 82.662.000,00, representa um aumento de R\$ 2.562.000,00, ou seja, 3,10% a **maior**.

Com o propósito de subsidiar tecnicamente as projeções que constam no orçamento para o próximo exercício, passamos a expor a base metodológica, bem como, a memória de cálculo utilizada na composição dos valores informados.

Os valores referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo município, as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência.

Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas são relacionados adiante. Estes indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou, a média de arrecadação, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, dentre outros.



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



A tabela abaixo apresenta os percentuais considerados, que foram utilizados para calcular o crescimento nominal da Receita:

PARÂMETROS PARA PROJEÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
1. INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,01%	4,06%
2. VARIAÇÃO DO PIB	0,70%	2,40%
3. CRESC. VEGET. FOLHA SALARIAL *	8,40%	3,00%
4. CRESC. LIQ. QUANT. FOLHA DE INATIVOS *	7,68%	3,12%
5. CRESC. AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	39,12%	3,00%
6. CRESCIMENTO REAL DO IPTU	8,24%	3,72%
7. CRESCIMENTO REAL DO ISS	19,32%	0,08%
8. CRESCIMENTO REAL DE ITBI	-32,76%	-9,16%
09. CRESCIMENTO REAL DAS TAXAS	18,04%	12,53%
10. CRESC.REAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-56,17%	85,35%
11. CRESCIMENTO REAL DAS TRANSFERÊNCIAS	-6,14%	2,84%
12. CRESC. REAL Lei Kandir	-14,19%	-7,42%
13. CRESC. REAL FUNDEB	4,59%	3,00%
14. PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	2,00%	0,00%
15. PROJETO REFORMA PLANO DE CARREIRA	0,00%	0,00%
16. PROJETO REFORMA PLANO DE CARREIRA MAGISTÉRIO	0,00%	0,00%
17 - CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS E INVERSÕES	28,61%	5,38%
18.1. CRESC. ALÍQ. DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RPPS - NORMAL	0,00%	0,00%
18.2. CRESC. ALÍQ. DE CONTRIB.ESPECIAL RPPS	3,08%	2,90%
19. CRESCIM.ALÍQ. DE CONTRIB.SERVIDORES	0,00%	0,00%
20. PIB / RS (em R\$ milhões)	450.366	474.557
21. VARIAÇÃO ALÍQUOTA ICMS	-10,47%	-6,66%
22. TAXA DE JUROS (SELIC Efetiva)	9,85%	6,91%

Fontes: IPEA, BACEN, IBGE, MF, FEE, Conj. Econômica, CNM

* 3% = média nacional

DISCRIMINAÇÃO

1. INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL - Corresponde a expectativa inflacionária anual.
2. VARIAÇÃO DO PIB - Crescimento divulgado pela Secretaria da Fazenda
3. CRESC. VEGET. FOLHA SALARIAL - % de crescimento no município (média nacional = 3% ao ano).
4. CRESC. LIQ. QUANT. FOLHA DE INATIVOS - Acompanha a folha de ativos.
5. CRESC. AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS - % de crescimento real esperado nestas despesas.
6. CRESC, REAL DO IPTU - % de crescimento real esperado.
7. CRESC. REAL DO ISS - % de crescimento real esperado
8. CRESC.REAL DO ITBI - % de crescimento real esperado
09. CRESC. REAL DAS TAXAS - % de crescimento real esperado
10. CRESC. REAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - % de crescimento real esperado
11. CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS. - % evolução de crescimento



12. CRESCIMENTO REAL Lei Kandir- % evolução de crescimento
13. CRESCIMENTO REAL FUNDEF/FUNDEB- % evolução de crescimento
14. PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - Preencher se houver previsão de aumento salarial.
15. PROJETO REFORMA PLANO DE CARREIRA - Crescimento esperado com alterações no plano de carreira
16. PROJETO REFORMA PLANO DE CARREIRA MAGISTÉRIO - Crescimento esperado com alterações no plano de carreira
17. CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS - Crescimento esperado nos investimentos.
18. ALÍQUOTA DE CONTRIB. PATRONAL - % contrib. patronal para RPPS
19. ALÍQUOTA DE CONTRIB. SERVIDORES - % contrib. servidores para RPPS
20. PIB / RS (em R\$ milhões) - Valor do PIB Estadual.
21. VARIAÇÃO ALÍQUOTA ICMS - % variação esperada do ICMS
22. TAXA DE JUROS (SELIC REAL) - % juros previstos.

Estes percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas e despesas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo BACEN.

Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município de Não-Me-Toque, conforme estabelece o § 3º, art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas da Administração Direta, inclusive as do Regime Próprio de Previdência.

2.1.1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

2.1.1.1 - Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria estimada para o exercício de 2018 soma R\$ 12.884.500,00 em valores brutos representando 15,12% do total previsto. Esta fonte, representa as receitas próprias, composta dos tributos municipais. O quadro abaixo, demonstra resumidamente a evolução da receita tributária nos últimos três exercícios, projeção atualizada para 2017 e previsão para 2018.

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	7.720.532	-
2015	8.312.531	7,67%
2016	9.143.455	10,00%
2017	10.071.026	10,14%
2018	12.884.500	27,94%

NOTAS:

a) O aumento gradual previsto para a receita tributária provém da expectativa de continuidade na política de intensificação da fiscalização municipal, e pela atualização nos valores venais dos bens imóveis, que são base de cálculo para o IPTU e ITBI.

b) As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconômico.

c) Em função da alteração dos códigos da receita para 2018, através da Portaria STN/SOF nº 5 de 25/08/2015, as receitas de Multas e Juros, Dívida Ativa, Multas e Juros da Dívida Ativa, que até 2017 eram classificadas no grupo das Outras Receitas Correntes, a partir de 2018 estarão sendo classificadas juntamente com o Principal da receita, neste caso, haverá um incremento neste grupo de receitas para 2018.



2.1.1.2 - Receita de Contribuições:

As receitas dessa origem foram estimadas em R\$ 2.919.500,00, representando 3,43% do Orçamento sendo composta pelas receitas de Contribuições dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência e Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública.

2.1.1.3 - Receita Patrimonial

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2018 um montante de R\$ 7.237.600,00, ou seja, 8,49% do total da receita prevista. Tem como principal origem os rendimentos das aplicações financeiras.

2.1.1.4 - Receita de Serviços

Para o exercício de 2018 foram estimados R\$ 329.100,00 para esta fonte de receita.

2.1.1.5 - Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja previsão total é de R\$ 15.800.500,00, correspondendo a 18,54% do total da receita do Município. O quadro abaixo, demonstra resumidamente a evolução da receita do FPM nos últimos três exercícios, projeção atualizada para 2017 e previsão para 2018.

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios:

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	10.520.893	-
2015	11.178.479	6,25%
2016	15.597.175	39,53%
2017	15.513.288	-0,54%
2018	15.800.500	1,85%

NOTA:

- A evolução desta receita tem apresentado um gradual aumento em 2014 e 2015.
- Em 2016 houve um incremento na arrecadação de FPM em virtude de alteração no coeficiente de participação do município de Não-Me-Toque para 1.2. Isto ocorreu em função de aumento na estimativa populacional divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Nas previsões foram somadas a cota-extra do FPM, referente ao aumento de 1% (um) ponto percentual no total do Fundo (22,5% para 23,5%), que é repassado anualmente em cota única no mês de dezembro, conforme Emenda Constitucional nº 055/2007.
- Nos exercícios de 2017 e 2018 foi considerado a parcela extra de 0,5% para repasse em conta única no mês de julho conforme PEC 39/13.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – é de R\$ 132.000,00, e representa 0,15%. O quadro abaixo, demonstra resumidamente a evolução da receita da Lei Kandir nos últimos três exercícios, projeção atualizada para 2017 e previsão para 2018.



Outras Transferências Constitucionais e Legais - LC 87/96 (Kandir):

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	156.202	-
2015	160.009	2,44%
2016	159.179	-0,52%
2017	142.502	-10,48%
2018	132.000	-7,37%

NOTA:

a) Observa-se um pequeno crescimento na arrecadação desta receita no período de 2014 e 2015, e a partir de 2016 um leve declínio.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores a serem transferidos ao Município, foram estimados em R\$ 22.265.000,00, ou seja 26,13% do total da receita esperada. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu um decréscimo de 6,66% para 2018. O quadro abaixo, demonstra resumidamente a evolução desta receita nos últimos três exercícios, projeção atualizada para 2017 e previsão para 2018.

Cota-Parte do ICMS:

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	20.559.501	-
2015	22.273.003	8,33%
2016	24.495.195	9,98%
2017	22.385.959	-8,61%
2018	22.265.000	-0,54%

NOTA:

a) No exercício de 2014 o índice de retorno do ICMS era de 0,318996%, tendo um incremento de 10,47% em relação à alíquota de 2013.

b) Para o exercício de 2015 o índice de retorno do ICMS era de 0,326770%, tendo um incremento de 2,44% em relação à alíquota de 2014.

c) Em 2016 houve um decréscimo de 0,53% na alíquota do ICMS.

d) Para 2016 está projetado um declínio real de 10,39% no índice do ICMS, conforme índice provisório divulgado pela Secretaria da Fazenda Estadual.

e) Para o exercício de 2017 o índice de retorno do ICMS é de 0,291018%, sendo que houve um decréscimo de 10,47% em relação à alíquota de 2016.

f) Para o exercício de 2018 o índice de retorno do ICMS será de 0,271623%, sendo que houve um decréscimo de 6,66% em relação à alíquota de 2017.

Cota-Parte IPVA:

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	2.100.635	-
2015	2.553.515	21,56%
2016	2.545.808	-0,30%
2017	2.642.863	3,81%
2018	2.788.000	5,49%

NOTA:

a) Esta receita tem apresentado uma variação não muito constante, em virtude da política de descontos formulada pelo Estado para este tributo.



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



Para o cálculo dos valores individuais de IPI-Exp., LC 87/96, FEX e CIDE é usado o índice provisório de ICMS, que é de 0,271623%, e observada a tendência de exercícios anteriores.

Valores estimados nas Propostas Orçamentárias do Estado e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

	Quota municipal (25%)
IPI-Exportação	114.052.565
LC 87/96	48.966.742
FEX	37.645.042
CIDE	25.586.773

Salário Educação:

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	540.706	-
2015	617.667	14,23%
2016	614.347	-0,54%
2017	657.418	7,01%
2018	703.500	7,01%

NOTA:

a) A quota-municípios é calculada com base no percentual de matrículas da educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental e médio regulares, ensino médio integrado, educação especial, EJA presencial, com avaliação no processo), conforme critérios da Lei Estadual nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998 e decreto 6.003 de 28 de dezembro de 2006. Para encontrar o valor individual, é multiplicado o valor quota-aluno do salário educação pelo total de alunos da rede municipal de ensino básico, conforme o Censo Escolar. O MEC ainda não divulgou o Censo de 2017. Foi utilizado o censo provisório. Foi observada, também, a tendência dos últimos exercícios.

quota-municípios	Quota Aluno Ano
386.000.000	410,09

FUNDEB:

O quadro a seguir evidencia a previsão da arrecadação e dos valores a serem transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que, para 2018, a previsão é que o Município receba do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 9.628.800,00. Por outro lado, contribuirá de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 8.046.200,00. Portanto, o ganho previsto para 2018 é de R\$ 1.582.600,00.

DISCRIMINAÇÃO	Previsão 2017	Previsão 2018
Valores Recebidos do FUNDEB	8.773.041,68	9.628.800,00
Valores Transferidos para o FUNDEB	-8.005.014,58	-8.062.000,00
Ganho / Perda com o FUNDEB	768.027,10	1.566.800,00

O quadro abaixo demonstra a evolução da receita do FUNDEB nos últimos três exercícios.



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	6.658.364	-
2015	7.126.362	7,03%
2016	8.100.716	13,67%
2017	8.773.042	8,30%
2018	9.628.800	9,75%

NOTA:

a) O valor a ser recebido é encontrado multiplicando o valor da quota-aluno pelo total de alunos matriculados nas etapas de ensino em 2017. Para 2018, foi considerado a integralidade das matrículas e o desconto de 20% das transferências constitucionais que compõem o Fundo. O valor da quota aluno é preliminar, calculado com base no Censo provisório de 2017.

b) Para o cálculo da previsão deste receita, foi utilizada a média de arrecadação de 2017, mais IPCA e média de crescimento real dos últimos três exercícios.

Transferências de Convênios:

No orçamento para 2018 estão previstos os seguintes convênios com a União e Estado:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO	
Transporte Escolar	59.100,00
Passe Livre	11.100,00
FUNDETURC	1.000,00
FMDCI	500,00
TOTAL	71.700,00

2.1.1.6 - Outras Receitas Correntes

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2018 no valor de R\$ 1.074.000,00, representando 1,26% do orçamento e se constitui, basicamente de multas e Restituição pela Compensação Financeira entre RGPS e RPPS.

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	1.381.579	-
2015	1.720.841	24,56%
2016	2.544.321	47,85%
2017	2.130.969	-16,25%
2018	1.074.000	-49,60%

NOTAS:

a) Com base no princípio da prudência, projetamos o sucesso das execuções fiscais, a partir da série histórica de recebimentos destes recursos nos últimos três anos.

b) O declínio na arrecadação deste grupo em 2017 deve-se a diminuição na receita de Restituição pelo pagamento indevido de exercícios passados.

c) Em função da alteração dos códigos da receita para 2018, através da Portaria STN/SOF nº 5 de 25/08/2015, as receitas de Multas e Juros, Dívida Ativa, Multas e Juros da Dívida Ativa, que até 2017 eram classificadas no grupo das Outras Receitas Correntes, a partir de 2018 estarão sendo classificadas juntamente com o Principal da receita, neste caso, haverá um declínio neste grupo de receitas para 2018.



2.1.1.7 - Receitas de Capital:

O montante total estimado para as Receitas de Capital alcançaram é de R\$ 4.975.800,00, que representa 5,84% do total da receita do Município. A maior previsão é para as receitas de Transferências de Capital, com um ingresso previsto de R\$ 3.558.100,00.

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	4.236.850	-
2015	2.896.449	-31,64%
2016	3.404.348	17,54%
2017	3.189.370	-6,31%
2018	4.975.800	56,01%

NOTAS:

a) As receitas de Capital, com origem em Alienação de Bens, apresentam uma previsão com base no comportamento nos últimos três exercícios.

b) Como os recursos ordinários do Município são insuficientes para atender às prioridades e metas aprovadas, a alternativa encontrada foi a de buscar linhas de financiamento, pois não há comprometimento dos limites de endividamento para os próximos três exercícios, e de recursos a fundo perdido da União e Estado, que são bem variáveis em cada exercício.

Operações de Crédito:

No orçamento para 2018 está previsto o ingresso proveniente de Operações de Crédito referente os seguintes contratos:

PIMES BADESUL contrato 021/2017	1.180.000,00
TOTAL	1.180.000,00

Transferências de Convênios:

No orçamento para 2018 estão previstos os seguintes convênios com a União e Estado:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DA UNIÃO	
CONVENIOS PARA PROGRAMAS DA SAÚDE	398.300,00
Ampliação de Postos de Saúde em Bairros	208.300,00
Aq. Veículo transporte de passageiros	190.000,00
CONVENIOS PARA PROGRAMAS EDUCAÇÃO	2.175.700,00
Construção de Escola Fundamental	1.507.900,00
Construção de Escola Infantil	667.800,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	984.100,00
Infra-Estrutura Esportiva	493.800,00
Equipamentos para Academia ao Ar Livre	97.500,00
Aquisição Máquinas e Equipamentos Agrícolas	97.500,00
Pavimentação Urbana	295.300,00
TOTAL	3.558.100,00



2.1.1.8 - Operações Intra-Orçamentárias:

Arrecadações/Previsões Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	5.092.369	-
2015	6.363.646	24,96%
2016	6.954.490	9,28%
2017	7.858.645	13,00%
2018	8.500.800	8,17%

NOTAS:

- a) Neste grupo de receitas são lançadas as contribuições patronais e de Amortização do Déficit Atuarial para o RPPS.
b) Em 2015 houve um crescimento expressivo em relação a 2014, pois os valores não repassados em 2014, referente as contribuições referente 13º e dezembro, foram repassados em 2015.

2.2. Despesas

Conforme detalhado nos anexos que compõem o Projeto de Lei, os Orçamentos fiscal e da seguridade social do Município foram elaborados segundo as regras estabelecidas na Lei Orgânica do Município, Lei Federal Nº. 4320/64, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, atingindo um montante total a R\$ **85.224.000,00**, sendo R\$ 51.547.800,00 correspondente ao Orçamento Fiscal e R\$ 33.676.200,00 correspondente ao Orçamento da Seguridade Social.

Para a projeção das despesas de pessoal e encargos para 2018 foram considerados como base o valor empenhado em setembro de 2017, considerados para os doze meses, décimo terceiro e férias, acrescidos da projeção de inflação para 2017, crescimento vegetativo, aumento real e crescimento da alíquota de contribuição patronal e especial ao RPPS, mencionadas na tabela PARÂMETROS PARA PROJEÇÕES constante acima,

As demais despesas de custeio foram projetadas baseada na média liquidada de janeiro a setembro de 2017, reestimados para o exercício, e acrescidos da inflação prevista para 2018, e crescimento autônomo, que é a média obtida pelo crescimento real dos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016), mencionadas na tabela PARÂMETROS PARA PROJEÇÕES constante acima.

As despesas de capital, excetuando-se as relativas a amortizações de dívidas, de modo geral, e conforme as disponibilidades, foram orientadas pelo programa de governo.

No que tange à alocação das despesas, apesar do quadro de dificuldades financeiras pela qual passa o país, o Executivo procurou dar especial atenção às necessidades mais prementes da comunidade, e reservou para o próximo exercício o seguinte programa de trabalho:

2.2.1 - Saúde

Foi alocado um total de R\$ 16.400.500,00, o que representa 19,24% do total da despesa programada e 18,72% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto a preocupação da Administração Municipal em dar cumprimento ao mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



Para o ano de 2018, a prioridade é garantir o pleno atendimento da atenção básica à saúde, principalmente da população mais carente, estando o previsto entre outras ações, o aumento da despesa com o Apoio a Entidades de Saúde para manutenção do Pronto Atendimento.

Os principais investimentos previstos no orçamento para 2018 na Secretaria de Saúde são os seguintes:

Construção, Ampliação e Reformas de Postos de Saúde	325.100,00
Aquisição de Veículo para Transporte de Pacientes	211.000,00
TOTAL	536.100,00

2.2.2 - Educação

Na área educacional, foram alocados recursos que totalizam R\$ 19.370.800,00, os quais superaram o limite de 25,00% determinado pelo Mandamento Constitucional. Assim dando continuidade as ações voltadas para a ampliação e a melhoria do atendimento ao ensino fundamental, à educação infantil e à pré-escola foram priorizadas as seguintes ações:

Realização de Conferências Municipais de Educação	4.600,00
Construção de Escola Municipal de Ensino Fundamental	1.547.000,00
Ampliação e Reformas em Escola Municipal de Ensino Fundamental	104.500,00
Ampliação e Reforma nos Parquinhos Infantis nas EMEF	10.000,00
Informatização e Interligação das Escolas Municipais	46.400,00
Ampliação e Reformas de Ginásio de Esportes em EMEF	100.000,00
Aquisição de Veículo Refrigerado	80.000,00
Construção de Escola de Educação Infantil	668.400,00
Ampliação de Vagas da Educação Infantil na Creche	123.700,00
Informatização e Interligação das Escolas Municipais EMEI	12.900,00
Ampliação de Vagas na Educação Pré-Escolar	123.700,00
Ampliação e Reformas nas Escolas Municipais de Educ. Pré-Escolar	41.700,00
Adequação de Cozinhas nas Escolas Conforme Legislação Vigente	8.000,00
TOTAL	2.870.900,00

2.2.3 - Assistência Social

Na assistência social, foram alocados recursos para a continuidade dos programas voltados para os direitos humanos, as crianças, os portadores de deficiência, os adolescentes, a juventude e aos idosos.

Nesta pasta, além das despesas administrativas pagas com recursos livres, todos os demais recursos foram alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, cujo montante foi fixado em R\$ 2.880.600,00, representando, portanto, 3,38% do orçamento.



2.2.4 - Câmara Municipal

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 2.803.400,00 representando 3,29% do total da despesa do Município e se destinam basicamente às despesas de manutenção do Legislativo Municipal para desempenho de suas funções de legislar e fiscalizar.

Os principais investimentos previstos no orçamento para 2018 são os seguintes:

Implantação de TV Câmara / Plenário On Line	67.000,00
Reformas do Prédio da Câmara de Vereadores	68.500,00
Reforma no Prédio para Adaptações para Deficientes Visuais	24.000,00
Reforma e Adaptações de Saída de Emergência	20.500,00
Implantação da Descentralização das Sessões	18.000,00
TOTAL	198.000,00

2.2.5 - Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretaria de Gabinete

Os recursos alocados nestas Unidades Orçamentárias, somam R\$1.811.600,00 representando 2,13% do Orçamento.

2.2.6 - Secretarias de Administração e Planejamento, e Finanças

Os recursos alocados nestas duas Unidades Orçamentárias, somam R\$ 22.574.100,00, sendo R\$ 20.030.400,00 na Secretaria de Administração e Planejamento e R\$ 2.543.700,00 na secretaria de finanças. Os recursos alocados serão utilizados no atendimento das despesas com manutenção dos serviços gerenciais de recursos humanos, patrimônio público, controle dos cadastros imobiliário e econômico, arrecadação e pagamentos, registros contábeis; implementação de Campanha para Aumentar a Arrecadação.

Os principais investimentos previstos no orçamento para 2018 são os seguintes:

Regularização de Imóveis Municipais	4.400,00
TOTAL	4.400,00

2.2.7 - Secretaria de Obras e Saneamento

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, somam R\$ 8.083.100,00, representando 9,48% do total da despesa orçada para 2018. Os principais gastos previstos se destinam a manutenção dos serviços públicos, destacando-se os seguintes investimentos:

Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Restauração das Vias Urbanas	1.475.300,00
Recuperação das Vias Urbanas	192.000,00
Ampliação da Rede de Iluminação Pública	5.000,00
Ampliação da Pavimentação Urbana	1.100,00
TOTAL	1.673.400,00



2.2.8 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Nesta unidade orçamentária foram alocados recursos totais de R\$ 718.800,00, o que representa 0,84% do total da despesa do Município. Os principais investimentos previstos nesta secretaria são os seguintes:

Implantação e Manutenção da Sala do Empreendedor	10.000,00
TOTAL	10.000,00

2.2.9 - Secretaria Municipal de Habitação

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, somam R\$ 734.400,00, representando 0,86% do total da despesa orçada para 2018. Os principais gastos previstos se destinam aos seguintes investimentos:

Ampliação de Regularização Fundiária	4.000,00
Ampliação e Reformas Habitacionais	48.100,00
Construção de Unidades Habitacionais	203.000,00
TOTAL	255.100,00

2.2.10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Nesta unidade orçamentária foram alocados recursos totais de R\$ 2.605.900,00, o que representa 3,06% do total da despesa do Município. O investimento previsto é o seguinte:

Aquisição de Veículos, Equip. e Impl. para Patrulha Agrícola	99.100,00
TOTAL	99.100,00

2.2.11 - Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

Nesta unidade orçamentária foram alocados recursos totais de R\$ 1.979.100,00, o que representa 2,32% do total da despesa do Município. As principais ações orçamentárias se destinam à:

Modernização e Reforma de Estádio Esportivo Municipal	8.000,00
Construção de Centros de Esporte e Lazer	502.800,00
Implantação de Academia ao Ar Livre	97.500,00
TOTAL	608.300,00

2.2.1.2 - Precatórios

O precatório abaixo relacionado encontra amparo no orçamento de 2018 na seguinte dotação orçamentária:

9898.2884600000.016 - Pagamento de Sentenças Judiciais

3390.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais

Caráter	Precatório	Apresentação	Credor	Objeto	Valor (R\$)
Alimentar	165139	22/06/2017	Édipo Frantz	Ação de Cobrança	221.991,73



Administração Municipal
Não-Me-Toque - RS
2017 - 2020



No tocante às demais despesas, embora premidos pela escassez de recursos, informamos que, dentro da realidade fiscal vigente, foram alocados recursos que, no entendimento da Administração Municipal atendem satisfatoriamente as necessidades mais prementes da população, de modo que, após esses esclarecimentos, esperamos ter oferecido as informações necessárias à compreensão da proposta ora submetida à apreciação dessa Casa de Leis.

Não-Me-Toque aos, 07 de dezembro de 2017.

Armando Carlos Roos
Prefeito Municipal